

## O DESENVOLVIMENTO E AS MUDANÇAS DE PADRÕES INTELLECTUAIS

---

A. L. MACHADO NETO

1. *Sociologia da Vida Intellectual* — Tal como se passa com qualquer outro setor destacado do todo social, a vida intellectual, em que pesem suas peculiares características, costuma ser um reflexo do todo coletivo em que assenta. Sociologicamente, ao menos, a chamada República das Letras não é independente da... outra República. Daí que um dos mais promissores ramos da sociologia do conhecimento se possa constituir em uma *sociologia da vida intellectual*, estudo surpreendentemente revelador, que muito haverá de contribuir — quando plenamente desenvolvido — para desvelar muitas razões ocultas e muitas situações aparentemente misteriosas, com que, a cada passo, se defronta o historiador das idéias, sejam estas de quaisquer dos diversos âmbitos da cultura.

Se o estudo do interrelacionamento humano, em que, afinal, se resume a sociologia, é algo que tanto tem revelado a respeito da própria natureza humana, não mais se podendo compreender um humanismo contemporâneo, que não esteja iluminado e, de certo modo, fundamentado pela razão sociológica, outro tanto é o que se pode esperar a respeito dessa dimensão mais sutil da convivência humana, que é a vida intellectual, se lhe aplicamos, — com a sutileza que o assunto está a exigir — à sua *compreensão* e *explicação*, as categorias sociológicas com as quais a ciência social tem demonstrado até, mesmo, o caráter social da chamada natureza humana.

O grande obstáculo a essa conquista do espírito científico somos, porém, nós próprios, os intellectuais, que alimentando numa espécie

de preconceito iluminístico nos habituamos a ver a vida intelectual como pura razão como constante vitória das luzes da razão sobre as trevas da ignorância e dos preconceitos, o que, paradoxalmente, redundou num preconceito de natureza racionalista ou intelectualista de evidente sabor iluminístico. A inteligência que derrubou, no curso dos séculos, tantos mitos e fetiches, de certo modo fetichizou-se e mitificou-se a si mesma no culto iluminístico da razão governante, depois transmutado no culto positivístico da Ciência (sempre com reverente maiúscula), ambos responsáveis por uma sofocracia mais ou menos imaginária ou efetiva que compensava o intelectual de suas frustrações vitais, com a hipótese da vigência de uma nova República platônica, onde os filósofos-reis teriam sido transformados em algo como um sociólogo planejador, em suas várias metomorfoses, que vão do teórico do partido, nos modernos Estados totalitários, até o tecnocrata cibernético que vai, aos poucos, aproximando o nosso defectivo mundo liberal da dimensão profética do 1984 de Orwell.

Quando a inteligência se fere com uma arma de sua própria invenção, não será raro que reaja com as armas mais velhas de seu arsenal, tais como a ironia e o ridículo, não sendo poucos os obstáculos que terá de enfrentar quem se disponha a fazer uma sociologia da vida intelectual. Como um dos itens de sua investigação há de ser, necessariamente, as formas competitivas e até conflitantes do inter-relacionamento dos grupos mutualísticos que caracterizam a República das Letras, não é difícil que sua investigação se veja caricaturada como mera futilidade ou, mesmo, mexerico. Como tem sido sempre do *bom tom* — em coerência com aquele preconceito iluminístico — aludir as facetas menos brilhantes e mais fragilmente humanas nas biografias das figuras exemplares de “nossos poetas amados” “nossos escritores preferidos”, ou “nossos pensadores de eleição”, não há que surpreender-se se o sociólogo da vida intelectual for acusado de desrespeito demolidor dos vultos históricos nacionais ou universais, conforme o âmbito mais ou menos amplo de sua investigação. Os que não vêem qualquer significação em outros aspectos da convivência que não sejam os ostensivamente políticos ou econômicos, qualifica-lo-ão de escapistas, idealistas, acomodado ou outras quaisquer fórmulas pejorativas de que é tão rico o arsenal das disputas no âmbito da vida intelectual, que — não há negar! — as atuais disputas de sociólogos, economistas, tecnólogos e tantas mais figuras *up to date* reeditam, em certos aspectos monotonamente — é verdade que sob a roupagem nova de outras vigências palavra, de novas vigências modismo, de renovadas vigências idéia e remodeladas vigências instituição — as mesmas disputas de nossos poetas e prosadores do 1900 pelo domínio do pequeno público que o jornalismo literário começava a entreter naquele então, como hoje faz a televisão com o grande público de nossa incipiente sociedade de consumo.

Como, entretanto, as coisas frívolas não costumam irritar tanto senhores tão graves e tão conscienciosos da seriedade de seu mister como os sociólogos, economistas e tecnocratas do desenvolvimento ou da burocracia, há que, pelo menos, suspeitar que a sociologia da vida intelectual não é uma frivolidade a mais nas modas intelectuais — aliás, mais um explosivo tema de seu estudo... — porém, ao contrário, algo que pode, até mesmo, servir a uma insubornável motivação ética, que, em nosso caso pessoal — seja logo revelada essa premissa de valor em homenagem à neutralidade científica!... — se propõe desvendar as engrenagens a que está presa a vida do espírito para permitir que ela seja mais pura e mais livre, naquele velho e melhor estilo do humanismo científico, que diz ser a conquista da liberdade função do nosso conhecimento dos determinismos.

Tais idéias nos vêm amadurecendo no espírito desde os anos juvenis, quando publicamos pela editora de uma revista literária de novos escritores — *Caderno da Bahia* — o ensaio titulado *Dois Aspectos da Sociologia do Conhecimento*, e ainda mais se acentuou com a experiência vital da hecatombe da Universidade de Brasília em 1965, provocada, em sua essência, por tantos equívocos e mal entendidos próprios da vida intelectual... e da outra... Dessa experiência, resultou o livro editado pela Universidade de S. Paulo sob o título *Da Vigência Intelectual*, onde nos propomos uma análise teórica da aventura do pensamento visto como um ingrediente da vida coletiva. O livro conclui, algo pessimisticamente, com um capítulo significativamente titulado “Equívocos e Falsificações da Vida Intelectual”.

Ainda no plano teórico, o curso de pós-graduação sobre *Formação e Temática da Sociologia do Conhecimento* editado pela Universidade da Bahia nos fins de 1970, representou como que uma esquemática de certas idéias gerais — alheias umas e próprias outras — que se faziam mister para poder empreender uma análise empírica.

A criação, em 1968, do Mestrado em Ciências Humanas da UFBA, e a responsabilidade de dirigi-lo foi o *eureka* de que precisávamos para passar à pesquisa empírica a este respeito.

Era necessário fazer treinamento em pesquisa e as condições financeiras eram absolutamente negativas. Foi este o estopim circunstancial necessário para desenlaçar o processo psicológico que se vinha desenvolvendo em nosso espírito havia já algum tempo. Daí resultou a inovação metodológica de realizar uma pesquisa empírica com material tradicionalmente considerado bibliográfico. Aplicar um questionário ou, melhor, um formulário de entrevista a escritores mortos... sem qualquer recurso ao espiritismo — já se vê! — mas através da utilização de obras biográficas (e autobiográficas) sobre os autores do período escolhido. E aqui há que se ter presente que a biografia, a vida, é o tema existencial por excelência, e a um sociólogo culturalista, cuja obra de teor filosófico fora até aqui sempre inspirada em filosofias da existência — Ortega em filosofia geral e Cossio em

filosofia jurídica — não poderia ocorrer temática mais fecunda e mais suculenta.

A pesquisa durou todo o ano de 68, sob a forma de seminários de treinamento e suscitou, depois, um curso de pós-graduação sobre “Metodologia de Pesquisa em Sociologia do Conhecimento”, realizado no segundo semestre de 1969. Em fins de 70, já o relatório final era apresentado ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. como tese para concurso de professor titular, sob o título de *Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira: 1870-1930)*.

Usando a mesma metodologia, mas com bem maiores possibilidades empíricas, graças à redução dos âmbitos temporal e espacial da investigação, estamos agora empenhados — ainda uma vez como parte de nossa atividade no Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA., — numa sociologia da vida intelectual baiana entre as datas de 1900 e 1930.

Alguns aspectos dessas investigações no que importa à temática deste simpósio foi o que escolhemos para focalizar o desenvolvimento e as mudanças de padrões intelectuais. Esses aspectos poderão ser aqui resumidos em quatro principais: a) Profissão e Vocação; b) — Comunicação e Público; c) — Relacionamento estrutural dos grupos intelectuais e d) — Vigência Intelectual. Serão esses os parâmetros com base nos quais anotaremos as mudanças de comportamento intelectual suscitadas pelo desenvolvimento em nosso país, tomando como situações comparativas a intelectualidade brasileira dos começos do século e a atual.

\* \* \*

2. *Profissão e Vocação* — Uma das maiores dificuldades de enquadramento social do intelectual é a de encontrar uma compatibilidade existencial entre profissão e vocação. É um problema de todos os dias na vida do artista, do poeta, do sábio, do pensador de todas as épocas, o encontro de um que-fazer que não seja, pelo seu enervante prosaísmo rotineiro, algo incompatível com um espírito criador. Como o comum dos mortais em qualquer sociedade incidirá majoritariamente na categoria dos homens ocupados, ao invés de na dos preocupados — para mencionarmos a sutil tipologia de Ortega para “o intelectual” e “o outro” — não será razoável esperar que estes últimos, que não se dispõem, por formação psicológica, a serem pragmaticamente úteis, vejam convenientemente remuneradas, como numa profissão, aquelas tarefas criadoras a que amam dedicar-se. Daí que um utensílio, um móvel, um barco, uma casa tenham um determinado preço no mercado, e outro tanto não ocorra sempre com um soneto, uma crônica, um teorema ou um sistema filosófico. O próprio Znaniecki, estudando o papel social do intelectual, chegou a considerar como

um problema “como é possível que os homens de ciência, homens que se permitem o luxo de cultivar o conhecimento ao invés de serem eficazmente ativos como todos os demais, sejam não só tolerados por homens de ação, sanção que se lhes conceda um *status* social e se lhes considere como realizando uma função social desejada nas comunidades em que vivem” (1).

Pois bem. Em torno do 1900 brasileiro, quando ser intelectual entre nós era praticamente ser literato ou artista, com pouquíssimos casos dos chamados cientistas (geralmente médicos, professores de faculdades de medicina) e ainda menor número de pensadores, críticos sociais, filósofos e historiadores, todos mais ou menos assimilados à condição de “homens de letras”, a profissão literária como tal praticamente inexistia.

O próprio Coelho Neto, que, de certo modo, cultivava a imagem de um homem de letras que vivia exclusivamente delas e para elas, indaga pela boca de um de seus personagens intelectuais do romance histórico *A Conquista*, onde retrata a vida intelectual dos fins do Império até a Abolição: “— Qual é o homem de letras que, entre nós, vive exclusivamente da pena? Qual é ele? Nenhum...”

Também o caso de Aluísio Azevedo, de quem se costuma dizer que viveu exclusivamente de sua produção intelectual, embora sobretudo da publicação da mesma como folhetim na imprensa diária, é um caso antológico. Tendo vivido às expensas do mecenato do Barão de Barra Mansa, a princípio, passou realmente a viver algum tempo de literatura e jornal, tendo até por isso desenvolvido atividades promocionais a respeito de sua própria obra — tardes de autógrafo com propaganda feita por ele mesmo — que pareceram algo descabidas à ética intelectual de então e que hoje já se tornaram atividades rotineiras. Entretanto, logo que conseguiu um emprego na *carrière* sua pena secou como que por encanto, e não voltou a produzir senão um livro de viagens sobre o Japão. Escrevendo de seu posto de cônsul em Vigo a Rodrigo Otávio, essa mesma pena naturalista se vingava de sua atual infecundidade no seguinte desabafo: “Já não preciso escrever romances e contos para comprar melões” (2).

A falta de uma realização vocacional e profissional como escritores, os intelectuais tinham de encontrar um enquadramento profissional que não se chocasse cruamente com sua vocação literária. A burocracia, o magistério e o jornalismo, sobretudo o jornalismo literário que Patrocínio e Ferreira de Araújo introduziam então no Rio, foram as saídas mais procuradas, saídas ainda hoje bastante concorridas, em que pesem as novas oportunidades universitárias e industriais criadas pelo desenvolvimento. De sessenta intelectuais videntes entre 1870 e 1930, quarenta e um exerceram o jornalismo mais ou menos literário. A burocracia atraía um número ainda maior de intelectuais. Quarenta e oito daqueles sessenta escritores exerciam alguma função pública. O magistério, por sua vez, atraía vinte e oito

deles. Como se vê, por esses simples dados, muitos deles exerciam várias atividades remuneradas, como meio de subsistência sucedâneo de um melhor enquadramento vocação-profissão.

Uma nota especial em relação a esse item merece a devida ênfase. É o caso da boêmia intelectual. Talvez não haja maior transformação dos hábitos intelectuais do que o desaparecimento da boêmia.

Humberto de Campos soube ver a raiz sociológica desse processo, ao comentar o outro romance de Coelho Neto dedicado a retratar o assunto — *Fogo Fátuo*. Nesse seu comentário, Humberto de Campos, revelando qualidades sociológicas de *compreensão* que, no Brasil, somente seriam estreadas, no âmbito profissional dos sociólogos, com a publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, evoca, com mão de mestre, o desenquadramento da conduta boêmia após o momento da repressão florianista, nas novas condições de vida e na média dos projetos vitais dos jovens de então, projetos agora reformulados em termos de novos valores mais utilitários, suscitados pelas novas oportunidades políticas e sociais que a pequena democratização da vida brasileira decorrente da República já fundamentava: “Quando os fugitivos e os exilados retornam ao Rio, não encontraram mais o ambiente propício, que haviam deixado. As novas condições financeiras e econômicas tornavam difícil a prática do parasitismo risonho, que o Império, com as fortunas consolidadas, criara, alimentara e legara à República. Uma sociedade nova, utilitária e burguesa, levantava-se sobre os destroços da aristocracia imperial. A mocidade que surgia, mesmo no domínio das letras, vinha, agora, com outras idéias, outra tendência, outras aspirações. A política prometida ao povo, atraía os novos. Para ser deputado ou senador, ou ocupar altos postos da administração, não se tornava preciso, mais, como no regime decaído, a etiqueta de um grande nome ou a fama de um grande talento. E como para substituir a velhice ou a nobreza se fazia mister uma compostura hipócrita, a mocidade abandonou os jardins dos teatros, as coristas, as confeitarias e os versos, tornando-se publicamente grave, circunspecta, como quem toma a cada instante o peso das próprias responsabilidades. E a boêmia literária, que deu ao país tão belos espíritos, e dera à cidade tanta alegria, agonizou e morreu” (3)

Outro ponto ligado ao enquadramento profissional é o da formação escolar. Na pesquisa que empreendemos com duzentas biografias de intelectuais do período, está plenamente justificado o estereótipo de “país dos bacharéis”. De fato, daqueles duzentos, cento e cinco haviam passado por uma faculdade de direito, noventa e sete tendo concluído o curso, enquanto apenas vinte e nove passaram pelas de medicina e dezessete pelas de engenharia, seis pelas academias militares, cinco pelos seminários e outro tanto pelos cursos de farmácia. Eis aqui um ponto em que o desenvolvimento, como diferenciação da estrutura econômica e social, alterou profundamente a pauta das ocupações e especializações intelectuais, com consideráveis repercussões

sobre a educação formal dos nossos intelectuais e a própria estrutura universitária, agora mesmo vivendo a experiência de uma reforma que teve suas origens suscitadas pelas urgências de uma nova forma de ser intelectual brasileiro — o cientista das ciências naturais e matemáticas.

Foi assim, no desaparecimento quase completo da boêmia literária, que pouco mais ou menos caracterizava o intelectual típico do Brasil dos fins do Império, e na multiplicação dos tipos e papéis intelectuais, que o desenvolvimento contribuiu para a transformação da paisagem cultural brasileira no que se refere a esse item que rotulamos *profissão e vocação*. No mais, não se podem notar ainda mais profundas e substanciais transformações, pois são ainda muitos raros os intelectuais que entre nós podem viver exclusivamente de sua produção literária (embora já sejam mais freqüentes os que vivem de sua produção artística, sobretudo nas artes plásticas); a função pública burocrática ainda constitui um apoio fundamental de muita literatura, embora a universidade estatal, apesar de função pública, tenha contribuído, sobretudo onde e quando existe o regime do tempo integral, para um melhor enquadramento vocacional profissional dos homens da pesquisa, do ensino e da criação cultural. O jornalismo, hoje cada dia mais profissionalizado, continua, porém, exercendo sua função subsidiária de complementação tanto profissional como vocacional de muitos homens de letras e de pensamento.

\* \* \*

3 — *Comunicação e Público* — Nesse item, a observação mais imediata e óbvia é que, seja em números absolutos, seja, mesmo, em relativos, o público intelectual cresceu significativamente no país. Se considerarmos que a porcentagem de analfabetos era, no censo de 1872 de 81,4% e no de 1890, de 81,5%, no de 1900 66,9% e no de 1920, 69,1%, e compararmos com a situação atual, onde o censo de 1960 constatava como analfabetos apenas 39,48% da população maior de 15 anos, logo verificamos que as possibilidades reais de uma considerável ampliação do público leitor estão asseguradas por essa gradativa redução de letrados no país.

Conseqüências desse aumento da capacidade de ler hão de se fazer notar na redução do significado dos auditórios e outras formas de público de comunicação oral, a que os sociólogos de nossa literatura têm atribuído, com razão, tanta importância.

Dessa ampliação do público leitor haveriam de resultar numerosas conseqüências para a totalidade da vida intelectual entre nós. A ampliação do público e a perda, para os novos heróis dos *mass media*, da condição de vedetas de que gozavam os intelectuais brasileiros do 1900, restringiu ou tornou sem sentido a antiga necessidade de disputar as preferências de um pequeno público, o que outrora dava tão

grande significação à polémica, que coloria de uma certa feição bélica toda a paisagem da vida intelectual, toda ela marcada pela presença constante das metáforas bélicas, dos epigramas, dos epitáfios e dos trocadilhos insultuosos. Com isso, a vida do espírito perdeu um pouco aquele seu ar oficial de "vida pública", quase política, e sempre exercida por homens que não estariam completos em sua figura intelectual se não adornassem sua biografia com um mandato legislativo ou executivo, ganhando, assim, involuntariamente, a vida intelectual dos nossos dias, uma certa dimensão de intimidade e recolhimento, que tem parecido sempre imprescindível a toda obra espiritual.

No plano material da vida do escritor a repercussão mais visível é o aparecimento da profissão literária, vivendo-se já da literatura entre nós, situação de que Jorge Amado e Érico Veríssimo foram precursores em nosso meio.

Recentemente, o movimento editorial brasileiro cresceu extraordinariamente, expandindo-se para o terreno das obras extra-literárias, sobretudo no âmbito das ciências humanas, onde a quantidade de traduções de obras estrangeiras revela o impacto da ampliação das universidades brasileiras sobre o mercado editorial e a indústria do livro. O antigo folhetim jornalístico foi substituído pela produção de fascículos culturais já agora envolvendo também o disco clássico e popular, com o que a produção intelectual erudita passou a beneficiar-se dos novos padrões de comunicação e consumo, que o desenvolvimento instaurou no país, aí incluindo-se o rádio e a TV educativos e culturais.

\* \* \*

4 — *Relacionamento Estrutural dos Grupos Intelectuais* — Tudo isso haveria de repercutir no interrelacionamento humano dos intelectuais.

Se é óbvio que as igrejinhas tinham outrora uma função mutualística muito mais evidente, servindo ao apoio tanto intelectual como, mesmo, material, através dos pistolões e das perseguições cuidadosamente orientados pelo critério "nosso grupo" x "grupo alheio", a ampliação do público e do mercado cultural tornaria o escritor tanto mais liberto dessas lealdades primárias, como, no outro plano, o trabalhador ficou mais livre das lealdades clientelísticas de que, por exemplo, o coronelismo era uma expressão predominantemente rural da paisagem brasileira subdesenvolvida. Aqui também, industrialização, urbanização, enfim, desenvolvimento econômico haveria que significar substituição de relações primárias por secundárias. Para ficarmos num só exemplo, pensemos na substituição dos antigos "salões" pelos congressos e simpósios científicos e literários.

Se a vocação gremial dos escritores não se extinguiu, nem muito menos, as igrejinhas tomam agora nova forma e cor, até o extremo

de sofisticação de assumirem uma forma auto-irônica e em íntima associação com a propaganda comercial do empreendimento cultural, de que a auto-rotulada “patota de *O Parquim*” é um exemplo altamente digno dos mais nobres casos do passado. Com uma diferença tipicamente resultante da situação de desenvolvimnto: quando igrejinhas diversas se empenham para a institucionalização, mediante o reconhecimento mútuo da respectiva vigência intelectual, objetivando fundar a Academia Brasileira, na verdade objetivavam apenas... “a glória que fica, eleva, honra e consola”, no dizer do famoso dístico de Machado de Assis, que se tornou — *et pour cause* — da Academia. A “patota” da Rua Clarisse Índio do Brasil, expressando outros valores característicos da modernidade, encontrou a fórmula feliz de associar a transitória glória de um mundo em que a segunda viagem do homem à lua já não era mais... “novidade”, à vigência mais palpável e efetiva do êxito financeiro de uma próspera empresa especializada em rir e em fazer rir da sociedade de consumo que... a enriquece...

A polêmica — subproduto especial da luta de igrejinhas — decaiu e está quase a extinguir-se como gênero jornalístico (não é sem significado o fato de *O Pasquim* a estar transformando em gênero humorístico...), porque o público, hoje multitudinário, tem, porém, outras “atrações” mais efetivas. Interessa muito mais agora o escândalo que envolve a cantora famosa e o jogador da seleção ou a “nova imagem” do apresentador de TV que implanta uma nova cabeleira. E isso já nos diz bastante da decadência do intelectual como pessoa vigente e dos demais aspectos da vigência intelectual de que trataremos no item que se segue.

\* \* \*

5 — *Vigência Intelectual* — A palavra vigência é originária do vocábulo jurídico, onde designa o prazo em que uma norma está em vigor. Ortega y Gasset ampliou-lhe a extensão conceitual ao falar em vigências sociais para designar não mais apenas a norma ou a instituição jurídica em vigor, mas todo outro uso ou costume social extra-jurídico. Traduzindo-a do âmbito sociológico geral onde tinha implantado Ortega, para o mais específico da sociologia do conhecimento, cunhamos o conceito de *vigência intelectual*, tema e título do ensaio publicado pela Universidade de São Paulo em 1968. Ele serve para designar todos os usos, costumes, modismos, valores, palavras de êxito etc... que durante certo tempo dominam a vida intelectual de uma dada sociedade. Tais vigências podem ser uma pessoa, como ocorre com um intelectual que dá a nota durante certo tempo; uma instituição da República das Letras, desde as academias até os salões, os cafés e as portas de livrarias; uma idéia, que esteja em

grande voga em algum momento; uma palavra de moda na vida intelectual; um modismo que caracterize o intelectual típico de um período e que, por exemplo, possa ou deva ser cultivado por quantos se disponham a ser intelectuais. Daí nossa tipologia: vigência-pessoa, vigência-instituição, vigência-idéia, vigência-palavra e vigência-modismo, respectivamente.

Se tomamos o primeiro tipo de vigência intelectual, a vigência-pessoa, logo observaremos que os intelectuais perderam, para o que Edgar Morin chamou de “os olímpianos” de nossa sociedade de massas e de consumo, criaturas dos *mass media*, o papel de vigência-pessoa que tinham, por exemplo, em nossa *Belle Époque*, período em que eles foram, realmente, os primeiros pobres “olímpianos” nacionais, criaturas do primeiro *mass media* entre nós inaugurado — o jornal diário, modernizado e literatizado por Patrocínio e Ferreira de Araújo.

O que são hoje os Sílvio Caldas, os Orlando Silva, os Ciro Monteiro ou os Roberto Carlos, os Caetano Veloso, os Gilberto Gil, os Chico Buarque, aqueles, criaturas do rádio, hoje adaptados à TV, e estes, mais moços, já criaturas do vídeo, foram outrora os Machado de Assis, os Coelho Neto, os Olavo Bilac e, depois, os João do Rio, os Figueiredo Pimentel e os Humberto de Campos. Tanto uns como outros inauguraram, entre nós, uma nova profissão surgida das oportunidades criadas pela venda de talentos através de um meio de comunicação. Tanto aqueles quanto estes constituíram-se em ídolos de um público relativamente novo e desenvolveram um universo peculiar de idéias, valores, mitos, prestígios, dentro dos quais se moveram e existiram respectivamente aquelas antigas vedetas, ou se movem e existem os atuais olímpianos do rádio e TV, constituindo, assim, um sistema simbólico peculiar, através do qual se destacam da sociedade de consumo que os gerou e os admira na medida mesma em que eles são e aparecem como raros, diferentes, peculiares, originais, a realizar o padrão ideal que compensa, sublimando-os, nos nossos recalques e as nossas frustraões. De todos nós, o *profanum vulgus* dos admiradores de Caetano Veloso... ou, digo, de... Olavo Bilac.

A paisagem das vigências-instituição também se altera e moderniza. As academias continuam tanto no plano federal como no estadual e em certos casos, também, no municipal, como que cumprindo uma função inarredável do ciclo vital dos escritores — rebeldes e boêmios na mocidade: acadêmicos na velhice. Os cafés e as portas de livrarias decaíram ou foram substituídos por bares e buates, numa sintonia vital evidente com a especialização e complexidade crescentes da vida urbana e industrial. Os salões se institucionalizaram e rotinizaram no trabalho de equipe, nos seminários, nos congressos e demais instituições acadêmicas, universitárias ou não, que implicam num reconhecimento mútuo do valor cultural de trabalhos apresentados e discutidos em comum. De fato, a universidade e os institutos públicos e privados de criação cultural e pesquisa são as instituições

vigentes na vida intelectual atuada pelo desenvolvimento, embora já se façam ouvir as expressões críticas de uma anti-universidade, que reivindica os direitos da livre criação não dirigida para objetivos pragmáticos, tanto a universidade do desenvolvimento ameaça tornar-se num organismo mesquinhoante utilitário a serviço dos projetos industriais do momento.

No terreno das vigências-idéias, tem sido extraordinária a mudança suscitada pelo desenvolvimento. Se nos restringimos apenas ao plano político, veremos um momento pré-ideológico, anterior à assimilação por parte de nossa *intelligentsia*, dos grandes apelos ideológicos dos séculos XIX e XX, um momento profundamente dominado pelo fascínio das ideologias, que se inicia pelos anos trinta e chega até o presente, quando os êxitos a-ideológicos do desenvolvimento e a atual situação política fazem visível um certo abandono da primazia e quase exclusividade do critério ideológico.

Como o mais volátil das modas intelectuais, mudou também profundamente o repositório das vigências-palavra. Afora as de caráter mais mundano — *curtições, transas e fossas* — pode-se observar, até mesmo nessas modas verbais, uma mudança substancial marcada pelo desenvolvimento. Na Belle Époque, como expressão de um período que definiu a literatura como “sorriso da sociedade” (Afrânio Peixoto), as vigências-palavra do mundo intelectual eram de teor mundano e literário, como a refletir o consórcio de literatura e mundanismo, que fez a glória de um Figueiredo Pimentel, de um João do Rio, de um Elísio de Carvalho, de um Jacques d’Avrai e tantos mais. A preocupação sócio-econômica que o desenvolvimento imprimiu no espírito dos intelectuais brasileiros do presente leva-nos inconscientemente ao prosaísmo de um jargão econômico. A cada passo nos referimos a estruturas, conjuntura, circunstância, *take off*, insumo, renda *per capita*, *roles*, *status* e quejandos prosaísticos, o que irritou, faz já algum tempo, o cronista poético de uma revista semanal, que nos ameaçou, a todos os que usamos um tal jargão, de mandar-nos imediatamente “pra lavoura”, quem sabe, na esperança de que um bucolismo, ainda que compulsório, nos pudesse curar desse mal da civilização...

No setor das vigências-modismo, o quadro é paralelo. Literatice e mundanismo eram os modismos peculiares à nossa intelectualidade do 1900. Reflexo evidente da atração que a literatura — como quase exclusiva atividade intelectual — exercia sobre os homens e mulheres de talento. Com o desenvolvimento, outras oportunidades, inclusive para o emprego de talentos e disposições especificamente intelectuais, foram surgindo, e ser literato ou homem de letras deixou de ser a única ou quase única forma de distinguir-se intelectualmente do comum dos mortais. A própria intensificação dos horários, numa vida que cada dia se vai fazendo mais neuroticamente precisa, disputada e lutada, já não deixa a suficiente disponibilidade de ânimo para fazer em versos o convite para um piquenique, a dedicatória de uma foto-

grafia a um amigo dileto ou as impressões deixadas no livro de recordações da dona da casa que se visitava num domingo. A "curtição" hoje é outra e, ao menos nesse peculiar sentido da palavra, a literatice "já era"...

Como "já eram" outros tantos modismos que a vida intelectual de hoje, atuada pelo desenvolvimento, pode-se dizer que arquivou, sem que se possa imaginar que não criou outros tantos, apenas mais pragmáticos e instrumentais, porque funcionais a uma sociedade individualista, racionalizada, secular, urbana e industrial, que se ainda não é, por inteiro, a situação brasileira é, sem dúvida, a de seus principais núcleos urbanos, *habitat* preferido, desde sempre, da vida intelectual.

#### NOTAS

- 1) Znaniecki, Florian — *Papel Social del Intelectual* — Fondo de Cultura Económica — México — 1944 — p. 33.
- 2) Otávio, Rodrigo — *Minhas Memórias dos Outros* — Nova Série J. Olympio Editora — Rio — 1935 — p. 121.
- 3) Campos, Humberto de — *Crítica* — 2.<sup>a</sup> série — ed. Mariza — Rio — 1933 — p. 161-62.